



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 12 DE AGOSTO DE 1997

*Muito bom dia a todos os Senhores e Senhoras; Ministros; altos funcionários aqui presentes,*

Nós queríamos aproveitar esta oportunidade para, no dia de hoje, quando o programa Brasil em Ação completa um ano, fazermos uma pequena exposição a respeito dos avanços ocorridos no decorrer deste ano e dizer que, se foi possível organizar de uma maneira mais complexa e, ao mesmo tempo, mais eficiente o conjunto de atividades composto por esses 42 projetos do Brasil em Ação, é porque nós temos um Plano Plurianual. E esse Plano Plurianual readquiriu aquilo que é essencial para qualquer país que queira avançar: o sentido estratégico das ações de governo.

Na verdade, nesse programa Brasil em Ação, o que nós estamos fazendo é dando maior eficácia às metas que estavam definidas no Plano Plurianual e selecionando, dentre um conjunto muito grande de operações que estão previstas no Plano Plurianual, quais seriam aquelas que, realmente, mereceriam uma atenção toda especial por parte do Governo. Daí esses 42 projetos, Eles não extinguem, não exaurem, melhor

dito, o conjunto de ações do Governo. O Governo realiza um conjunto muito maior de ações, muitas das quais são ações também de importância grande e que reestruturam o funcionamento não só do Governo, mas da economia e da sociedade brasileira.

Eu tenho, em muitas ocasiões, ouvido de alguns setores do País: “Ah, mas o meu estado não está no Brasil em Ação.” É uma percepção equivocada, primeiro, porque o que está contemplado pelo Brasil em Ação terá um alcance muito mais amplo do que, pura e simplesmente, estar localizado; em segundo lugar, porque há outros programas que complementam o Brasil em Ação. De qualquer forma, é preciso insistir, hoje, aqui, é no fato de que, efetivamente, nós voltamos a ter a capacidade de definir o nosso rumo.

O Governo tem um projeto. Não é um projeto do Estado, é um projeto do País. Não é um projeto nacional no sentido antigo, em que um conjunto de pessoas, geralmente ideólogos, se reuniam para definir como é que o Brasil devia ser e, através de ações de Estado, iam alterando as condições da realidade. Hoje é diferente. É um projeto que recolhe as aspirações que já estão em marcha no País, que as ordena e que não imagina que o Estado sozinho possa ser o instrumento da realização das aspirações nacionais. Pelo contrário, chama a atenção para que a sociedade participe na sua integralidade. Daí que, mesmo havendo um programa, como nós temos, de austeridade fiscal, uma preocupação, digamos, até quase obsessiva com a questão da moeda e do controle da inflação, nós pudemos ter definido um conjunto de obras importantes que permitiram que o Brasil jamais beirasse a recessão.

Não são recursos do Governo exclusivamente: são recursos da sociedade – e, muitas vezes, já estavam em marcha. E o que nós estamos fazendo é simplesmente, digamos, atar os nós necessários e desatar outros tantos, para que o Brasil possa ter um rumo com coerência. Acredito que – e por isso pedimos aqui que iniciássemos a nossa conversa esta manhã com este mapa que mostra o aprofundamento do caráter estratégico do programa Brasil em Ação – nós temos um sentido do que deva ser o Brasil e de qual seja a direção fundamental que

está ordenando o conjunto das atividades do Governo e da sociedade. E nós estamos fazendo isso em conjunto com a sociedade.

Eu não preciso descrever este mapa que os senhores conhecem, mas vêm que aí existem obras de infra-estrutura, de infra-estrutura viária, de portos, de rodovias, de hidrovias, de infra-estrutura energética, de gás, de petróleo, de geração de hidroeletricidade, mas também de termoeletricidade; enfim, um conjunto de obras. Por outro lado, essa visão estratégica não é uma visão, digamos, de infra-estrutura; pelo contrário, entre os projetos fundamentais do Brasil em Ação estão programas sociais.

Há um conjunto de ações para o qual nós chamamos a atenção e que tem a ver com o que se chama “a ação social do Governo e da sociedade”: a questão de geração de emprego – já chamarei a atenção para isso –, a questão da educação, a questão da saúde, enfim, um conjunto de atividades que dizem respeito, realmente, a um sentimento do País, da sociedade. Não se trata de obras feitas pelo Governo, não se trata somente de obras feitas em conjunto pelo Governo e pela iniciativa privada. Não se trata disso financiado aqui dentro e lá fora. Trata-se de muito mais do que isso. Trata-se da recuperação da nossa capacidade de entendermos que aqui nós estamos construindo uma grande nação e que não se constrói uma grande nação senão quando se tem, também, a capacidade de motivar e de orientar o conjunto de nossas atividades para a área social, seja na habitação, seja na saúde, seja na educação, no conjunto daquilo que significa a melhoria do bem-estar da população.

Bom, dito isso – e eu vou retornar no final a este mapa –, eu queria dizer que hoje nós podemos comemorar o fato de que, com um ano apenas de realização desse programa do Brasil em Ação, nós conseguimos antecipar algumas metas e conseguimos reduzir custos e conseguimos uma forte indução de decisões privadas de investimentos.

No que diz respeito à superação de metas, vou mencionar algumas delas aqui, para que se tenha uma noção mais exata de quanto nós andamos no decorrer deste ano. Carta de Crédito: Carta de Crédito foi um programa estabelecido no âmbito da Caixa Econômica Federal em cooperação com a Secretaria de Habitação do Ministério do Planeja-

mento e que inovou o modo pelo qual se dava acesso ao crédito para o financiamento da casa própria.

No começo, o programa foi, de alguma maneira, engatinhando. Hoje, nós estamos superando as metas que havíamos antecipado como as metas possíveis. Nós já chegamos a 105 mil cartas de créditos. Concedemos 105 mil cartas de créditos. Mas o importante não é que tenhamos concedido 105 mil cartas de créditos da Caixa Econômica: é o ritmo em que isso se dá. No começo, digamos, isso ia a mil por mês; agora, nós chegamos a 15 mil num mês só, que foi o mês de junho. E vai numa certa velocidade, de tal maneira que vamos poder, efetivamente, chegar à concessão de muito mais do que havíamos imaginado no começo do nosso programa, podendo atingir cerca de 300 mil cartas de crédito até o fim de 98.

Por traz do Carta de Crédito está uma modificação grande na estrutura burocrática da Caixa Econômica, na relação da Caixa Econômica com o Ministério do Planejamento, na facilidade que hoje tem aquele que deseja a carta de crédito para obtê-la, porque houve um processo de desburocratização da papelada necessária, e assim por diante; e, como consequência, ativação do setor de construção, que está apenas começando.

Os jornais têm dado conta hoje de que, se num dado momento o que motivou, o que levou adiante o processo de crescimento da nossa economia foi a expansão dos bens de consumo, sobretudo os bens de consumo duráveis, e esses bens de consumo duráveis tiveram um crescimento de 20%, 30% de um ano para outro, que é uma coisa espetacular, é óbvio que nós não podemos manter, nem é conveniente fazê-lo, esse ritmo. Eles vão continuar crescendo a partir de um patamar mais elevado. Pois bem, se isso foi o que impulsionou, agora não: agora são bens de capital, obras de infra-estrutura e construção civil. Isso tem muitas vantagens, sobretudo na questão da construção civil, porque induz a atividades domésticas, do mercado interno, não tem um componente de material importado forte, não pesa sobre a balança cambial e dá emprego. Então, esse é um programa que nós estamos antecipando.

Mas não é só isso, não. Nós avançamos também na área educacional, por exemplo, nos recursos centralizados distribuídos às escolas e na questão da televisão à distância. Esses programas tiveram êxito muito grande. Da televisão na escola à distância, TV Escola, hoje nós temos cerca de 50 mil postos no Brasil todo. Ainda semana passada, visitei um deles com o Ministro Paulo Renato, em Santa Fé do Sul, no Estado de São Paulo.

Cinquenta mil! Parece uma coisa simples, mas são 50 mil localidades nesse imenso Brasil, por aí, que nós vimos no mapa, e não é fácil instalar tudo isso, motivar. Estamos fazendo uma pesquisa, neste momento, para saber qual é, realmente, a utilização da TV Escola. Está quase terminada essa pesquisa, na qual se vai verificar onde é que há deficiência, como é que é utilizada. É utilizada para quê? Para repetição da aula, para o treinamento do professor? Quais são os problemas que aí se colocam? De qualquer maneira, é um programa que avançou e está já com a meta mais do que cumprida. Estamos antecipando a meta, da mesma forma como antecipamos as metas no que diz respeito à questão dos recursos centralizados na escola, o recurso que vai diretamente à professora. E isso induz a uma relação muito mais direta entre o professor, o pai do aluno e a direção da escola. Enfim, provoca, também, uma modificação, digamos, no espírito de convivência comunitária da escola. E esse programa também está à frente da meta.

Na área relativa aos programas de geração de emprego, que são, basicamente, do Ministério do Trabalho, houve um avanço enorme. Não quero cansá-los com numerologia, mas, na verdade, é bastante impressionante o modo pelo qual foi possível executar essas metas. Nós aplicamos 2 bilhões e 600 milhões de reais em um número superior a 400 mil operações. E o programa gerou 540 mil empregos, quer dizer, avançou muito.

Avançou muito também um outro programa que é próximo a esse, que é o retreinamento, a qualificação profissional. Isso muitas vezes desaparece nessa imensidade de programas que nós temos, e esse programa não é realizado pelo Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho faz convênios com os governos dos estados, com as prefeituras, com os sindicatos, e por aí vai. Uma boa parte da obra do Governo Federal

reaparece na obra dos governos municipais e estaduais, muitas vezes, anonimamente. Não nos preocupa isso. Nós não estamos aqui disputando quem tem nome na placa. Nós estamos disputando outra coisa: é a consciência, no Brasil, de que o Brasil está avançando. E isso é o que conta. Não importa saber se avançou porque fez esse ou fez aquele. Fizemos todos. O que importa é que nós estamos, realmente, avançando.

No caso da meta de recursos centralizados na escola, já cumprimos 80% da meta. E ainda estamos em 97, ainda temos um tempo enorme pela frente. Na carta de crédito, 75% da meta. Enfim, são programas nos quais nós estamos efetivamente avançando, e avançando muito. Alguns outros projetos ainda não apresentam um resultado palpável assim, mas têm, já, sinais muito fortes do seu êxito. Vou me referir basicamente ao Pró-Emprego, que é também do Ministério do Trabalho e que avança. E ao Pronaf. São dois. No Pró-Emprego nós temos 9 bilhões orçados e 6 bilhões e 700 milhões já estão integrados na carteira de projetos. No Brasil, nós falamos de bilhões como se fossem quirelas, mas é muito recurso. Muito recurso que está fluindo pelo País afora para poder, efetivamente, manter o nível de qualificação de atividade, o aumento dos empregos, etc.

No caso do Pronaf, é bem interessante também. Por quê? O Pronaf é um programa para apoiar a atividade agrícola familiar, definida a agricultura familiar como aquela que utiliza, no máximo, dois empregados e em que o básico da mão-de-obra e do gerenciamento é feito pela mesma família. É um programa essencial. Por quê? Não adianta fazer assentamentos rurais se não houver apoio para que a agricultura familiar se mantenha. E quanto mais a agricultura familiar exista, menos necessidade haverá, também, de programas de assentamento, porque, já, por conta própria, as famílias do campo estarão funcionando. Esse programa não existia. Foi criado até por instância da Contag, no começo do Governo. Pois bem, o crescimento desse programa foi muito grande. Nós passamos de 30 e poucas mil famílias e uma base de recursos bastante acanhados – o ano passado foram 300 e tantos milhões... foi mais, foram 600 milhões – para, neste ano, 1 bilhão e meio de reais de recursos para essas famílias. Já atendemos cerca de 147 mil famílias

até agora, neste ano, nesse programa de agricultura familiar. Ele tem uma taxa de juros de 6,5%. Como a inflação está por volta de 5%, o juro é de 1,5%. Tem prazo de carência.

Nós mudamos o sistema, e aí entraram o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Qual é o mecanismo? Vai haver um negócio chamado BB Rápido: o Banco do Brasil dá uma espécie de cartão de crédito rotativo, que vale por cinco anos, um cheque especial. E a pessoa só paga os juros do recurso realmente utilizado. Enquanto estiver na carteira dela, na conta dela, não está pagando juros, só quando está utilizando. E é rotativo: paga e automaticamente tem o crédito. São créditos pequenos, de 5 mil reais.

Só quem viu de perto – como eu vi no Nordeste, como eu vi em Sergipe, com o Banco do Nordeste (está aqui o Dr. Byron), como eu vi nas conversas que tenho tido com a direção do Banco do Brasil – pode imaginar ou ter a visão mais concreta, mais do que a imaginação, do que significa um crédito de 5 mil reais. Visto dos olhos de quem está acostumado com os grandes números dos bilhões pode parecer nada; mas para quem está lutando para poder ter um mínimo de recursos para funcionar a sua pequena unidade de produção é um avanço muito grande.

Pois bem, nesse caso do Pronaf, creio que há, de sobra, elementos para acreditar que é um programa que, realmente, hoje tem viabilidade, é um programa que teve aceitação e que vai ajudar muito o avanço do Brasil nessa matéria.

Alguns outros programas já têm a sua conclusão antecipada claramente. Por exemplo, o do porto de Sepetiba. Vamos antecipar em quatro meses o término do porto de Sepetiba, da primeira fase do porto de Sepetiba, em agosto. O porto de Sepetiba era um sonho, depois passou a ser uma dor de cabeça, porque não se conseguia organizar um sistema para passar recursos do BNDES para as Docas Santos. Os senhores que são habituados ao jogo burocrático sabem como é difícil viabilizar esses projetos. Pois bem, hoje eu fui lá, vi o porto de Sepetiba. Nós estivemos antes por lá para ver como já tinham avançado os trabalhos. E, neste momento, nós já vamos antecipar em quatro meses; e em agosto vamos antecipar o término disso.

Com o porto de Sepetiba, a parte do Governo, digamos, é apenas seminal. Na verdade, vêm os investimentos privados num montante muito grande e vão, realmente, viabilizar um porto de primeira linha, já um porto, digamos, de *containers*. Nós já estamos com todo o retroporto preparado. Isso vai viabilizar os terminais ferroviários e a exportação de minérios. Enfim, é uma mudança e é um novo pólo de desenvolvimento no Rio de Janeiro.

Xingó também. Vamos concluir Xingó dois meses antes. O mês que vem estará terminada Xingó. E Xingó tranquiliza a oferta de energia para o Nordeste. Não fosse Xingó, nós estaríamos em maus lençóis. Além disso, como os senhores sabem também – não está aqui nos 42 projetos –, nós estamos fazendo a interligação de todo o nosso sistema elétrico. Isso é uma pequena revolução. Não só estamos interligando Norte, Sul, Leste, tudo, como estamos também preparando a ligação com outros países: além do Paraguai, temos a Argentina, Uruguai e mais adiante a Venezuela.

Então, isso são coisas muito importantes.

A Fernão Dias Paes nós estamos duplicando. Realmente, em seis meses antes do prazo marcado, a primeira fase estará feita. A Fernão Dias Paes é a maior obra viária em andamento, que se saiba, nessas paragens. Na verdade, não é só a Fernão Dias: estamos duplicando a BR-116 e a BR-101; que dizer, de Minas Gerais, de Belo Horizonte, vai a São Paulo, de São Paulo a Curitiba; de Curitiba vai até Santa Catarina, passamos por Santa Catarina (está em obras) vamos chegar lá em Osório, no Rio Grande do Sul. É uma obra imensa e que está em marcha.

Bom, nós também podemos dizer que, em função de todo esse estilo de gerenciamento que está sendo feito aqui, que nós conseguimos, também, digamos, dar maior envergadura e dimensão estratégica a certos projetos. O exemplo mais palpitante eu acho que é esse relativo ao Pro-Água

Ainda ontem, o Ministro Clóvis me mostrou umas fotografias sobre o avanço das obras hídricas do Nordeste. O Ministro Krause sabe disso. Das obras do Nordeste que estavam paralisadas há muito tempo, nós retomamos muitas delas. Estamos fazendo o açude do Castanhão, que

vai levar tempo ainda, é um açude três vezes maior que Orós. Estamos fazendo a adutora do Oeste lá em Pernambuco. Estamos fazendo Jucazinho, lá em Pernambuco. Estamos fazendo, lá na Paraíba, o canal de Souza. Enfim, isso só para dar alguns exemplos. São muitos. Mas o que é mais importante: isso tudo era visto como obra isolada, e hoje nós temos uma visão conjunta nesse projeto Pro-Água, temos o financiamento, que está aí, próximo a ser obtido, e a utilização, pois não adianta ter esses enormes açudes sem ter canais de irrigação ou sem ter os dutos que levam a água à casa das pessoas.

Então, é um projeto que, no início, nós havíamos pensado talvez até de maneira ainda um pouco isolada e, na verdade, nós estamos hoje com uma visão global desse projeto; ou seja, houve antecipação de metas e houve, ao mesmo tempo, a visão da necessidade de dar maior relevância a alguns desses projetos para que nós tivéssemos, então, essa capacidade, como eu disse no início, de entender que nós estamos reconstruindo o Brasil, para que ele possa entrar no próximo século com mais confiança em si mesmo e com um projeto claramente nacional, um projeto que implica estarmos viabilizando o desenvolvimento sustentado, ao mesmo tempo sem esquecer nunca o controle da inflação. A oposição “ou bem se controla a inflação ou bem se desenvolve o País” desaparece.

Nós estamos desenvolvendo o Brasil de forma sustentada, sem fazer gastanças, utilizando os recursos da melhor maneira possível, maximizando a nossa capacidade de avançar. E, para isso, nesse sistema de gerenciamento que foi instaurado aqui, nós estamos, também, reduzindo os custos. Aí estão alguns exemplos, como no caso do gasoduto Bolívia-Brasil: nos dois lados, há, mais ou menos, 100 milhões de dólares que foram economizados através de redução de custos, uns 70% disso no Brasil e o resto na Bolívia. E o projeto hoje não é projeto, é uma realidade.

Ainda recentemente, conversei com um dos produtores dos tubos. Ele tem, no pátio da fábrica dele, 200 quilômetros de tubo. E nós fomos, lá, lançar esse projeto na Bolívia recentemente. Dentro da meta prevista, o gasoduto vai ser feito. E eu espero, também, que o Dr. Rennó nos dê a boa notícia de que, dentro da meta prevista, faremos também a

utilização do gás de Urucu, mas com redução de custo. O mesmo vale para o Pro-Água, onde houve sensível redução do custo de projetos individuais. Para dar alguns exemplos: na compra de conexões de tubos, na irrigação de Brumado, na Bahia, houve uma redução de 31%; em Genipapeiro, no Ceará, 37%; no açude de Serrinha, em Pernambuco, 35%; na adutora do Oeste, 40%.

Quer dizer, é uma redução considerável de custos. E nós estamos vendo isso, portanto, também nesse novo modelo de irrigação, e esse modelo de irrigação é algo muito importante, porque se trata de um modelo no qual a iniciativa privada, a empresa participa, de tal maneira que não se faça uma irrigação cujos custos sejam impossíveis de serem atendidos pela produção, pelo tipo de produção da pequena unidade familiar, muitas vezes de subsistência, que não é capaz de produzir o suficiente para compensar o custo. Neste novo modelo, nós fazemos alguma coisa em que não existe nem o assistencialismo suposto do poder público, nem somente a grande empresa, mas uma combinação entre uns e outros. E sempre pensando na questão da redução de custos.

Mais ainda: como eu disse aqui, nesta visão que nós temos, do planejamento, existe a indução de decisões privadas de investimento. Eu mencionei o porto de Sepetiba, mas vou mencionar mais dois, mais duas atividades que são, eu creio, marcos mesmo do modo pelo qual nós estamos retomando uma visão de meta, uma visão de crescimento e desenvolvimento do Brasil. O primeiro é a hidrovia do Madeira. Dá gosto ir lá ver. Se tiverem a possibilidade de ir tanto a Porto Velho quanto a Itacoatiara, no Amazonas, vale a pena ver o que aconteceu. Foi uma indústria, o setor privado, uma empresa, a Maggi, que fez o porto graneleiro. Tanto em Porto Velho quanto lá em Itacoatiara.

O poder público está regularizando a hidrovia. Regularizar a hidrovia não é custoso, mas requer atenção ao meio ambiente, requer os Rimas; requer também, no caso de que estamos falando, lá, nessa zona toda, a introdução de técnicas novas, de tal maneira que nós possamos, por satélite, controlar o fluxo e, também, viajar com mais segurança à noite. E requer que haja barcaças especializadas para o transporte.

O BNDES financiou as barcaças. E, hoje, já estão as barcaças navegando em Porto Velho, pelo rio, subindo o rio Madeira. São 3 mil quilômetros. Sobem o rio Madeira, entram no rio Amazonas, chegam a Itacoatiara, entram de novo no porto graneleiro e em Itacoatiara. Vêm os grandes navios que vão até Roterdã. E eu pude ter a alegria de ver o embarque da primeira remessa de soja que tinha vindo do oeste, lá de Rondônia. Chegou lá, foi embarcada para ir embora para Roterdã. É uma redução de 30% no custo por tonelada de soja, o que vai permitir uma competitividade muito maior da nossa produção.

A Ferronorte a mesma coisa. A Ferronorte é um esforço conjunto do governo de São Paulo, do Governo da República, do BNDES, dos fundos de pensão, da iniciativa privada e de todos os senhores que estão envolvidos nesse processo e que sabem as dificuldades infinitas que há para que se possa viabilizar um programa dessa natureza. A Ferronorte foi também um sonho, um sonho que quase fracassa, por muitos percalços. Havia alguns gargalos. O principal gargalo era saber se realmente haveria ou não uma ponte que pudesse ligar, por ferrovia, Mato Grosso a São Paulo, atravessando o rio Paraná, isso lá, pertinho de Minas Gerais, na confluência de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Isso foi feito. Até dezembro já estará a ponte totalmente concluída.

Estive lá semana passada para verificar, e, efetivamente, assim é. É uma ponte que me impressionou, porque o engenheiro operador, um americano que vai operar a obra mais adiante, me disse que ele não conhece outra ponte que tenha estacas numa profundidade tão grande. A lâmina d'água tem 57 metros – 60 é exagero do Ministério dos Transportes –, 57 metros de profundidade. E eu perguntei quantos metros tinham as estacas da ponte Rio–Niterói, dentro da água. Na Rio–Niterói, têm 17. Normalmente, quando a lâmina d'água é tão alta, o que se faz são pontes pênséis. Mas atravessar com ferrovia não é fácil. Fizeram, é uma solução nova, da engenharia nacional. Foi preciso trazer uma draga nova lá da Holanda para poder bater as estacas. A ponte está feita. E, dentro de pouco tempo, nós vamos ver é uma rodoferroviária, que tem uma ferrovia e tem, também, uma rodovia. E, porque vai ser terminada, os investidores privados tomaram ânimo, de novo, com um pou-

quinho de injeção do BNDES, naturalmente. E os primeiros 100 quilômetros que vão ligar essa ponte até a fronteira entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no alto Taquarí, vão ser feitos já. Depois vão até lá, ao Mato Grosso. Mas já, agora, na próxima safra, se tudo correr bem, esses 100 quilômetros iniciais de Mato Grosso estarão prontos. E o que é muito importante para nós é que essa ferrovia entronca com a Fepasa.

E a Fepasa vai ser federalizada, se é que já não o foi na questão das dívidas de São Paulo. E, com a Fepasa federalizada, ao fazer-se agora a concessão da Fepasa, vai haver uma grande valorização. A Fepasa vai trazer esses grãos do Centro-Oeste do Brasil para o porto de Santos. Os cariocas querem que vá para Sepetiba também, mas, em homenagem ao Governador Mário Covas, eu falo do porto de Santos, porque, realmente, o ramal é outro. E isso não só vai valorizar muito a Fepasa, como vai efetivamente permitir, de novo, um barateamento grande de custos de produção. E aí está se vendo isso. São decisões privadas que foram induzidas, porque houve a decisão pública da realização da obra.

Bom, na verdade, isso está funcionando assim porque existe um sentimento de missão na equipe gerencial. Isso é muito importante. Pode parecer, para os senhores que estão habituados a viver como gerentes, que isso é trivial. Mas não é trivial para o Brasil. Colocar esse conjunto grande de pessoas respeitando as autoridades dos Ministérios e transformando, ao mesmo tempo, o gerente na pessoa-chave; e havendo um sistema que os senhores sabem que é um sistema que permite uma certa centralização, em que até eu posso ver aqui em cima, pelo computador, o avanço da obra; e motivar tudo isso e transformar o gerente não apenas no homem que executa uma tarefa pequena, mas no homem que tem noção do conjunto do que está sendo feito, fazê-lo sentir-se parte de um projeto nacional e, ao mesmo tempo, transformar o gerente num motivador da ação da sociedade é algo fundamental, que está sendo conseguido.

Eu confesso que, no ano passado, quando nos reunimos nesta mesma sala, tudo isso ainda era um pouco desengonçado. Hoje, já é alguma coisa que está se vendo que tomou jeito, tomou forma e começa a andar de uma maneira bastante conseqüente. Acho que esse sentimento é um

dos elementos mais importantes do projeto Brasil em Ação, porque, na verdade, nada funciona sem que haja a ação humana, sem que haja motivação, sem que haja a interestimulação, sem que se perceba que as metas estão sendo alcançadas.

E os que não estão alcançando as metas, que percebam também que não as estão alcançando. A programação não é alguma coisa que deva ser definida de uma maneira estática. Às vezes se muda o objetivo. Às vezes, até se deixa à margem um ou outro programa, se substitui um programa pelo outro. Enfim, é um corpo vivo em funcionamento. E eu queria assinalar isso com muita ênfase.

Agora, nós temos que enfrentar novos desafios, entre eles o de buscar uma intensificação da gestão, para chegar-se a resultados. Veja, aqui houve uma modificação importante na relação entre a gerência, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, a disponibilidade de recursos. Os recursos estão sendo distribuídos à medida que as obras avançam fisicamente ou que as metas vão sendo alcançadas, no caso dos programas sociais. Não se trata, simplesmente, de ter o recurso disponível. Às vezes, tem-se o recurso e não se usa o recurso. Não. Aqui, tenha a certeza de que, alcançada a meta, tem o recurso. Quando existe o carimbo do Brasil em Ação, essa é uma garantia de que haverá o recurso.

E isso é importante para o gerente, mas é importante também para o setor privado, que vai participar do conjunto de operações induzidas por essas obras. E isso barateia o custo. Barateia o custo porque, realmente, não existem mais os cálculos desnecessários: "Ah, mas não veio o recurso. Então, vou pedir mais, porque, se não pedir... Assim, eu guardo um pouquinho..." Essa a enorme confusão que caracterizou a Administração no período inflacionário. Nós estamos aumentando o grau de previsibilidade, de racionalidade na gestão.

Então, acho que essa mudança tem dado resultados muito positivos e, como já mencionei, é fundamental também para a mobilização dos investidores privados. E o papel dos senhores nessa mobilização para atrair os investidores tem sido muito grande.

Eu conversei, muitas vezes, com algumas pessoas ligadas ao projeto da bacia Tietê-Paraná. Diga-se de passagem que vai ser terminada a

eclusa de Jupuíá, também agora, no fim do ano. E isso é uma obra fantástica, porque essa hidrovia Tietê-Paraná corta a área mais rica do Brasil. Bem, eu conversei muitas vezes com investidores privados dessa região. Foram feitos seminários, foram feitas exposições aqui, no Brasil, fora do Brasil, para atrair recursos, para atrair capitais. Essas obras – tomemos, aí, qualquer delas, a Ferronorte ou a obra relativa à hidrovia que mencionei, do Madeira – são eixos que dão margem a muitas outras operações, a muitos outros investimentos, vão potencializar muita coisa.

Então, acho que, outra vez, aqui é importante que haja a divulgação do que se está fazendo, o registro do que se está fazendo, a discussão do que se está fazendo, mostrar quando os projetos são bem-sucedidos, e assim por diante.

E é preciso também – o que está dito ali – o aprofundamento do caráter estratégico das obras que estão sendo feitas. O que significa isso? Que precisamos ter a capacidade gerencial e motivacional de explicar bem o que está sendo feito. O que acontece é que tem muita coisa que não está sendo feita ainda, e há os *missing links*, os pedacinhos que faltam para ter efeitos enormes: por exemplo, uma pequena estrada, como numa outra área, aqui, no Sul, em Itumbiara, em Goiás, uma pequena estrada que permite uma ligação da produção da zona sul de Goiás com Minas e, daí, tem interligação ferroviária e até vai para o porto de Vitória. Ou um caso mais famoso e talvez mais complexo, que é a questão, lá em cima, no Nordeste, da Transnordestina, de uma ligação entre Salgueiro e Petrolina, que não existe: vai viabilizar a ligação da hidrovia do São Francisco com o porto de Suape, lá, em Pernambuco.

Quer dizer, na medida em que nós formos avançando nessa primeira abordagem sistemática ao redor de eixos, nós vamos descobrir que há novos eixos ou que há pequenas alterações que vão propiciar grandes avanços. E, enfim, é isso que estou chamando de aprofundar o caráter estratégico da nossa ação.

Claro, aqui eu mencionei, porque não queria cansá-los – os senhores sabem, talvez melhor do que eu, de muitos desses projetos –, só alguns desses projetos. Na verdade, eles são muito mais numerosos. Por isso pedi que voltassem aqui, ao mapa, que, infelizmente, não dá para eu

enxergar muito bem, mas os que puderem enxergar melhor vão ver que nós estamos ali com... Primeiro, nós temos as hidrovias, que já estão ali desenhadas, e algumas das estradas fundamentais, que estão cobertas pelo programa Brasil em Ação. Podem ver. Acho que vou olhar lá, porque fica mais fácil.

Podem ver, aqui, a hidrovia do Madeira e do Amazonas. Na verdade, por aqui está Itacoatiara. Essa estrada vai servir também, se se quiser ter acesso ao porto de Itacoatiara. Isso aqui é a 374. E vai mudando: a 169, uma estrada muito importante, que pega toda essa região de Mato Grosso, Rondônia, vai ao Acre. Não estou mencionando o fato de que dentro do Acre nós estamos fazendo estradas. Não estou mencionando que aqui, no Amapá, porque não é do Brasil em Ação, vamos fazer estradas ligando lá para cima, para a Guiana. Nós estamos aqui... Onde está Tocantins? Está aqui a Tocantins–Araguaia, que vai entroncar para sair em Itaqui, no Maranhão. Essa hidrovia teve um pequeno atraso por causa do problema ambiental. Foi corrigido, graças a esse sistema de informação e interestimulação. Vamos terminar essa hidrovia.

No futuro, vamos resolver outro problema, que vai ser a eclusa necessária para Tucupí, para que nós possamos também ter um braço que saia lá pelo Pará. No Pará – aqui não está marcado –, estamos fazendo a linha de transmissão de Tucuruí, que vai beneficiar toda essa região do Pará. Estamos fazendo a interconexão da eletricidade, por aqui. Estamos, aqui, no rio São Francisco, aquilo que disse aqui... – onde é que está Pernambuco? Aqui. Está aqui. Precisamos fazer uma pequena ligação.

Bem, há essa questão de São Paulo, das estradas que estão mencionadas. Enfim, vê-se que estamos fazendo um novo desenho do esqueleto básico de infra-estrutura do Brasil. Isso porque nós não estamos pondo aqui – onde é que está a Bolívia? Está aqui, assim, o gasoduto, o outro gasoduto, que vem daqui e que vai resolver a questão de Rondônia e da margem de cima do Amazonas, da margem esquerda do Amazonas.

Enfim, se se for projetar os vários mapas contendo os conjuntos de redefinições estratégicas que estão sendo feitas no Brasil – e é bom que o Brasil todo saiba disso –, ver-se-á que, daqui a 5 ou 10 anos, este será um outro país. É um país com muito mais musculatura, um país capaz

de dar, realmente, saltos muito grandes. E, quando falamos em desenvolvimento sustentado, estamos dizendo isto: nós estamos fazendo um desenvolvimento que não queremos que seja um desenvolvimento à base de cresce-e-baixa, cresce-e-cai. Não, não. E é por isso que é importante esse deslocamento do conjunto dos nossos investimentos para as áreas de infra-estrutura, para as áreas de bens de capital.

Infelizmente, não se pode botar nesse mapa toda a transformação social. Mas não há nada mais equivocado do que pensar, primeiro, que o programa do Governo se resume à moeda. Claro que a moeda é essencial. Segundo, que, para fazer o desenvolvimento, nós teríamos que aumentar o déficit fiscal. Não estamos aumentando o déficit fiscal. Estamos fazendo dessa maneira, mobilizando recursos da própria sociedade. Terceiro, que isso é feito em detrimento do social, quando é o oposto: isso é feito junto com uma grande transformação que será visível na área da saúde; basta olhar os índices de queda de mortalidade infantil. Na área da educação, basta dizer que nós estamos nos preparando para tirar as crianças todas da rua, todas terem escola, um curso primário. Fora as outras modificações. E um conjunto grande de ações. Basta dizer o que estamos fazendo no Nordeste com o pequeno produtor, o acesso à água. Enfim, um redesenho deste país.

Bom, eu acho que para um ano de trabalho eu não tenho mais o que felicitar. Mas felicito o Ministro Kandir, que foi quem realmente motivou e organizou esse processo todo. Outro dia, mencionei o Doutor Silveira, no discurso que fiz lá em Santa Fé, porque, ao mencioná-lo, eu menciono todos os gerentes e agradeço a todos pelo empenho com que estão ajudando nessas transformações. Mas eu não posso mencionar um por um, para que o País saiba que essas coisas não se fazem simplesmente porque o Presidente mandou, ou porque o Congresso deu os recursos: faz porque tem gente, digamos, que está comprometida com o que está fazendo.

E queria também lhes dizer que isso significa que nós estamos mudando o modo como o Governo opera, como a Administração opera, como o Estado opera. Aqui estão pessoas de setores muito distintos: financeiro, setor de energia elétrica, setor de petróleo, saúde, educação,

habitação, enfim, setores os mais variados. E juntos. Eu me esquecia já da reforma agrária quando olhei para o Raul e para o Seligman. Enfim, juntos. Não há outro jeito. Quer dizer, as atividades têm que se coordenar, têm que se integrar. Coordenadas e integradas as atividades, tendo-se um propósito muito claro, uma moeda estável, um Governo que combate o desperdício e sobretudo a corrupção, eu não tenho dúvida nenhuma de que nós vamos fazer uma nova sociedade, um novo país, para que possamos realmente, ao terminar as nossas tarefas, que vão terminar em épocas distintas – a minha termina em um ano e meio, a de vocês vai levar alguns anos, muitos anos, porque muitos são de carreira –, ao terminar as nossas respectivas tarefas nós possamos, não é ter o reconhecimento: é estarmos contentes porque estamos fazendo. Reconhecimento às vezes vem, às vezes não vem, depende de como seja observado. Mas o que não podemos é não estar, dentro de nós mesmos, convencidos de que estamos fazendo o melhor.

Quero dizer que eu estou convencido de que vocês estão fazendo o melhor.

Muito obrigado.